

MIGRANTES E REFUGIADOS QUE
DÃO À COSTA NAS NOTÍCIAS.
UM ESTUDO A PARTIR DOS
MÉDIA IBERO-AMERICANOS

*Portraits of migrants and refugees in the news.
A study of the Ibero-American media*

SUSANA PIMENTA

spimenta@utad.pt

UTAD | Universidade do Minho, CECS

FÁBIO FONSECA RIBEIRO

fabior@utad.pt

UTAD | Universidade do Minho, CECS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3376-4344>

<https://orcid.org/0000-0001-8071-6145>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_20

Texto recebido em / Text submitted on: 15/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 10/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 469-499

RESUMO

As migrações fazem parte das movimentações humanas desde que a Humanidade se reconhece como tal. Independentemente do grau de proximidade com a problemática das migrações, onde refugiados, migrantes e imigrantes lutam por condições dignas, parece ser consensual admitir que os meios de comunicação social oferecem visões que importa conhecer e problematizar. É este o propósito genérico deste artigo, que analisou a forma como, em 2022, os principais jornais online de Portugal, Espanha, Brasil e Argentina retrataram as migrações dos refugiados nos mais diversos espaços jornalísticos. A partir de uma amostra de 232 notícias, concluiu-se que a maioria dos conteúdos é perspectivada na editoria “Internacional” (54,7%), no entanto predominam abordagens sobre a integração dos refugiados na sociedade e a participação dos países no palco mediático sobre estes assuntos. Para além de não existirem diferenças significativas entre países, apenas nuances, os resultados globais indicam uma prevalência de notícias que abordam os refugiados de uma perspectiva negativa, em 40,09%.

Palavras-chave: refugiados; migrantes; média; representações; framing.

ABSTRACT

Migrations are part of human movements since Humanity recognises itself as such. Regardless the proximity with the problematic of migrations, as refugees, migrants and immigrants struggle for basic living conditions, it seems easy to consider that the media offer visions that are important to know and problematize. This is the generic purpose of this article, which analysed how, in 2022, the main online newspapers in Portugal, Spain, Brazil and Argentina portrayed refugee migrations in the most diverse journalistic spaces. From a sample of 232 news items, it was concluded that the majority of the contents are perspective in the “International” editorship (54.7%), however predominate approaches on the integration of refugees in society and the participation of countries in the media stage on these issues. Moreover, there are no significant differences between countries, only nuances, as the global results indicate a prevalence of news that approach refugees from a negative perspective, in 40.09%.

Keywords: refugees; migrants; media; representations; framing.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre migrações é, antes de mais, questionar a cidadania, as fronteiras, as identidades, as diversidades culturais, as liberdades e a segurança no mundo global em permanente conflito. Este trabalho pretende ser um contributo para esta reflexão, analisando as formas de visibilidade e de representação dos migrantes e refugiados na imprensa ibero-americana. Sabe-se do papel fundamental que os média protagonizam no quotidiano das sociedades modernas e, por isso, torna-se imperioso averiguar também o lugar que ocupam na chamada “crise dos refugiados” a que se assiste, sobretudo, desde 2015.

Jenny Erpenbeck, escritora alemã, acompanhou durante um ano um grupo de refugiados em Berlim, vindos de territórios distintos e por razões várias. Deste trabalho de pesquisa nasceu o romance *Eu vou, tu vais, ele vai* (2018), porque a autora acredita que a literatura serve para inquietar e, por isso, a representação literária tem um maior poder transformador da sociedade e cria maior empatia e compaixão em relação aos problemas do mundo global do que a imprensa. Comprometidos com o mundo que os rodeia, os escritores podem, através da imaginação, criar e influenciar cenários de empatia e hospitalidade para combater a estranheza para com os refugiados. Ora a função dos jornalistas prima, essencialmente, pela objetividade e pela qualidade da informação, o que, na visão de Zygmunt Bauman, provoca uma outra tragédia, causada pela “indiferença insensível” e pela “cegueira moral”, a que se chama de “fadiga da tragédia dos refugiados” (Bauman, 2017: 7) nos meios de comunicação social, que afeta negativamente a opinião pública dos países de “acolhimento”, e por isso se verifica uma diminuição de notícias relacionadas com as dificuldades e os desastres que envolvem os fluxos migratórios. Preocupados com as audiências, os serviços noticiosos sabem que o espectador se cansa do *looping* mediático de tragédias:

Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratarem os migrantes como batatas quentes às

injúrias do exílio, de escapar por pouco dos perigos enervantes da viagem rumo à segurança – todas essas ofensas morais cada vez são menos notícia e aparecem com menor frequência “no noticiário”.

(Bauman, 2017: 7)

O trabalho da Dora Santos-Silva e Débora Guerreiro (2020), intitulado *Média e migrações forçadas: representações sociais dos refugiados nos média portugueses em dois momentos mediáticos (2015 e 2019)*, comprova as palavras do sociólogo polaco. De acordo com as autoras, no espaço temporal analisado, o refugiado não foi tema de investigação nem uma preocupação social para os média portugueses. Estes limitaram-se a replicar os conteúdos das principais agências noticiosas, numa visão essencialmente ocidental (2020: 135), contribuindo desta forma para a desidentificação de milhares de pessoas.

Por outro lado, nas palavras de Hugo Monteiro, em *Migrações e hospitalidades: crítica do cosmopolitismo nas fronteiras do século* (2022), “estas vagas intermitentes de atenção mediática correm o risco de provocar um efeito contrário que pretendem gerar, transformando dramas coletivos em espetáculos” (Monteiro, 2022: 84), reforçando cada vez mais a invisibilidade e a indiferença pelo “outro”.

Para o cidadão do país que recebe, os estrangeiros (refugiado, migrante, deslocado) são sempre uns *estranhos* que tendem “a causar ansiedade por serem ‘diferentes’ – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar” (Bauman, 2017: 11). Servem os “campos de refugiados”, “acampamentos” ou “salas de espera”, supostos espaços temporários, para atenuar a estranheza, para ambientar o estrangeiro e dar tempo à burocracia. Ora, estes lugares são, na realidade, espaços de abandono, assim como, “margem da lei, uma dimensão oculta ou encapotada pelo conceito hegemónico de cidadania, no seu cortejo de humanitárias boas intenções” (Monteiro, 2022: 56). Estes lugares ocupam milhares de hectares de metros quadrados, entre fronteiras, quase como “estados” autónomos. Apesar das diversas políticas de “acolhimento” e de “integração” internacionais de migrantes e refugiados, estes espaços de passagem e temporários têm-se tornado definitivos. Aqui

os seres humanos deslocados são, de forma genérica e homogénea, remetidos à condição de “vítima”, privando-os de uma identidade própria com nome, religião, língua ou memória.

AS PALAVRAS IMPORTAM: “REFUGIADO” OU “MIGRANTE”?

Ao longo dos tempos, a mobilidade humana sempre foi uma constante e parte integrante do processo civilizacional, proporcionando desafios e/ou choques culturais de ordem política, religiosa ou social. Foi-se construindo uma imagética, uma narrativa ou representação social homogénea das figuras de migrante, refugiado, deslocado ou exilado, independentemente do país de origem.

De acordo com o *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados* (ACNUR) e do ponto de vista da legislação¹ que visa a proteção do “refugiado”, requerente de asilo, o uso indeterminado de “refugiado” e “migrante” pelos meios de comunicação social implica a não compreensão da real situação de milhares de seres humanos em todo o mundo e potencia entraves à integração no país de “acolhimento”. Nas redações, quando se trata de mobilidade humana, é o *medo* que determina o estatuto ora de refugiado ora de migrante atribuído pela comunicação social: fugir do país de origem por temer pela vida ou abandonar o país natal para fugir da pobreza, respetivamente. Ora esta aceção não é consensual e tentar-se-á explicá-la à luz dos debates e reflexões mais recentes, em aproximação ao contexto ibero-americano. A discussão parte da relação que existe entre “nós” e “eles” / “outros”, estabelecida por Michel Agier:

De qui parle-t-on quand on parle de ces ‘autres’-là et quelle relation est présente ou possible entre ‘nous’ (qui nous dirons établis, sédentaires, autochtones, mais aucun de ces termes n’est absolument exact) et ‘eux’ (les

¹ Cf. *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados* (ACNUR, 2018).

migrants, les réfugiés, les nomades, les étrangers, mais là non plus, aucun des termes n'est absolument exact)² ?

(Agier, 2016: 10)

De acordo com Michel Agier (2016), “migrante” corresponde a um termo descritivo, neutro e genérico, que define pessoas em trânsito, em deslocamento, independentemente dos países de origem e de chegada (Agier, 2016: 18). Ainda que existam dificuldades, estes migrantes acabam sempre por almejar e chegar a um destino. Ora, nos últimos anos, a travessia de fronteiras dura cada vez mais tempo e as dificuldades de fixação aumentam, colocando o migrante em posição social instável e marginal, como constata o investigador francês:

pas d'emploi stable, pas de logement normal, pas de situation administrative durablement régulière, ou un seul de ces attributs alternativement sans les deux autres ; l'obligation de repartir ou celle d'être immobilisé, et plus ou moins enrhumé. Ils se trouvent dans un entre-deux.

(Agier, 2016: 18)

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) defende que os termos não são sinónimos nem substituíveis. No plano do direito internacional, a diferença entre “refugiado” e “migrante” é clara, mas genérica, como se expõe no 14º artigo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, ou seja, “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”. A título de exemplo, também no contexto europeu, através da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, estabeleceu-se, nos princípios da democracia e do Estado de direito, “um futuro de paz, assente em valores comuns”, a saber, a dignidade

² Tradução livre: “De quem estamos a falar quando falamos destes ‘outros’ e que relação está presente ou é possível entre ‘nós’ (dir-se-ia os instalados, sedentários, indígenas, mas nenhum destes termos é absolutamente exato) e ‘eles’ (migrantes, refugiados, nómadas, estrangeiros, mas mais uma vez, nenhum destes termos é absolutamente exato)?” (Agier, 2016: 18).

do ser humano, liberdade, igualdade, solidariedade e cidadania, num espaço de segurança e justiça (União Europeia, 2016). Os princípios dos povos da União Europeia procuram contribuir para o

respeito pela diversidade das culturas e tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos seus poderes públicos aos níveis nacional, regional e local; procura promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro e assegura a livre circulação das pessoas, dos serviços, dos bens e dos capitais, bem como a liberdade de estabelecimento.

(União Europeia, 2016)

Historicamente, o termo “refugiado” surge do contexto pós-primeira guerra mundial, em 1922, com a criação do “passaporte Nansen”, em homenagem ao primeiro Alto Comissário para refugiados da *Liga das Nações*³, o norueguês Fridtjof Nansen (1861-1930). Neste contexto, este documento pretendia oferecer proteção jurídica a refugiados e apátridas na travessia de fronteiras para outros países em busca de trabalho; estima-se que 450 mil pessoas terão usufruído desta condição. A definição de “refugiado” é reforçada, depois da segunda guerra mundial, com a *Convenção relativa ao estatuto de refugiado*, em 1951, considerada um exemplo de Humanidade, que estipula, com mais detalhe, que refugiado é todo o ser humano que

temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

(*Convenção relativa ao estatuto de refugiado*, 1951)

³ A Liga das Nações precedeu as Nações Unidas.

Com vista ao esclarecimento semântico, o ACNUR, aquando da “crise dos refugiados” de 2015, lançou uma campanha de sensibilização defendendo a distinção entre “refugiado” e “migrante” por considerar que

Confundir os termos “refugiado” e “migrante” pode gerar sérias consequências na vida e na segurança dos refugiados. Misturá-los desvia a atenção das salvaguardas legais específicas e pode prejudicar o apoio público aos refugiados e à instituição do refúgio, num momento em que mais refugiados necessitam desta proteção (...).

(Edwards, 2015: s/p)

Por outro lado, Hugo Monteiro recusa a distinção entre “migrante” e “refugiado”, por considerar que as leis só revelam as preocupações dos países de acolhimento, e defende ser mais adequada a expressão “migrações em fuga”, isto é, “as deslocações, essencialmente coletivas (...), abrangendo neste termo a condição do refugiado/a, incluindo a menos falada situação do/a refugiado/a climático” (Monteiro, 2022: 27). Acrescenta ainda que o fator comum a todas as tipologias de deslocações é a situação de fuga e é nesta que se devem concentrar as atenções políticas internacionais:

É condição única de sobrevivência, seja ela determinada por guerras e conflitos armados, pela severidade das condições económicas, sociais ou ambientais ou pela combinatória de todas estas razões. A fuga motiva e descreve a situação das pessoas em trânsito, além de sinalizar uma deslocação que é realmente permanente, ante o perpetuar dos vários tipos de violência geradora de uma situação – passe, mas pese a aparente contradição – permanente transitória.

(Monteiro, 2022: 27)

Na fronteira, os sujeitos migrantes, “habitantes eternos de lugar nenhum” (Monteiro, 2022: 32), residem anónimos e é aí que o direito à cidadania lhes é vedado. Estes habitantes indocumentados e sem morada permanecem por tempo indeterminado nos “espaços de abandono”, apelidados de campo

de refugiados, espaços concentracionários, zonas de contenção, muros de separação, que representam a “margem da lei, uma dimensão oculta ou encapotada pelo conceito hegemónico de cidadania, no seu cortejo de humanitárias boas intenções” (Monteiro, 2022: 42). Monteiro (2022) conclui que os referidos espaços “agem sobre as palavras dos migrantes da mesma forma que os perigos da deslocação, que os priva do nome, da memória e da própria morte” (2022: 43).

Na perspetiva de Monteiro (2022), de uma forma genérica, as retóricas e estratégias humanitárias, públicas ou privadas, desumanizam as pessoas migrantes, colocando-as sempre na condição de “vítima”, uma massa populacional “outricizada” (Himmel e Baptista, 2020), sem voz e alvo de diversos discursos sociais, culturais ou políticos. Este silenciamento, como refere Alexandra Pinto, “também é uma estratégia, (...) [pois] optar por não nomear e não assumir uma posição direta sobre este assunto fraturante é uma posição política prudente” (Pinto, 2020: 55). Por outro lado, no cenário das migrações, sobressai o discurso de promoção do ator humanitário, como “libertador, herói glorificado, agente moral da ação benemérita, agente exclusivo na concessão de direitos” (Monteiro, 2022: 130). É valorizado também o poder discricionário da ação humanitária na hierarquização dos migrantes, isto é, “seriação de ‘boa’ ou ‘má’ migração” (Monteiro, 2022: 130), ao abrigo de normas, supostamente universais, reproduzindo um discurso hegemónico sobre “o outro”, como dá conta Moisés de Lemos Martins e Valéria Marcondes, em “‘Eles’, venezuelanos, e a crise na Venezuela: práticas discursivas na revista *Veja*” (Martins e Marcondes, 2020).

Michel Agier, em *Les migrants et nous* (2016), ao indagar sobre as causas das migrações, alerta que os migrantes não representam causas políticas coletivas, pelo que as soluções não podem ser tão pouco coletivas, privando as pessoas em situação migratória da sua própria identidade:

Aujourd’hui, qu’elles soient nommées ‘réfugiées’ ou ‘migrantes’, les personnes en déplacement, celles-là mêmes qui affluent en foule contre les grilles des pays de l’Est européen ou qui traversent la Méditerranée au risque de leur vie, venant de Syrie, d’Irak, de Libye, de Turquie ou du

Liban, d'Érythrée, du Soudan, du Nigeria, du Mali ou du Maroc, tous ces migrants et réfugiés ne représentent pas de cause politique collective⁴.
(Agier, 2016: 10)

No entanto, importa esclarecer e não ignorar a complexidade dos fluxos migratórios, aos quais os poderes políticos e humanitários, assim como a opinião pública, deverão dar igual atenção e, sobretudo, criar estratégias coerentes e concertadas na resolução dos problemas dos refugiados, tal como afirma Slavoj Žižek (2016):

En la Europa Occidental de hoy en día, la reacción de las autoridades y de la opinión pública parece constar de una combinación parecida de reacciones dispares. Encontramos (cada vez menos) la negación: “No es tan grave, lo mejor es no hacer caso.” Encontramos la ira: “Los refugiados son una amenaza para nuestro modo de vida y, además, entre ellos se ocultan fundamentalistas musulmanes: ¡hay que detenerlos a cualquier precio!” Encontramos la negociación: “Muy bien, ¡establezcamos cuotas y apoyemos los campos de refugiados en sus países!” Encontramos la depresión: “¡Estamos perdidos, Europa se está convirtiendo en Europastán!” Lo que nos falta es la aceptación, que en este caso significaría un plan europeo coherente para enfrentarse al problema de los refugiados⁵.
(Žižek, 2016: 3)

⁴ Tradução livre: “Atualmente, quer sejam chamados ‘refugiados’ ou ‘migrantes’, as próprias pessoas em movimento que se deslocam para as portas dos países da Europa de Leste ou atravessam o Mediterrâneo correndo risco de vida, da Síria, Iraque, Líbia, Turquia ou Líbano, da Eritreia, Sudão, Nigéria, Mali ou Marrocos, todos estes migrantes e refugiados não representam uma causa política coletiva.” (Agier, 2016: 10).

⁵ Tradução livre: “Na Europa Ocidental de hoje, a reação das autoridades e da opinião pública parece consistir numa combinação semelhante de reações dispares. Encontramos (cada vez menos) negação: “Não é assim tão grave, é melhor ignorá-la”. Encontramos a raiva: “Os refugiados são uma ameaça ao nosso modo de vida e, além disso, os fundamentalistas muçulmanos escondem-se entre eles: devem ser detidos a todo o custo”! Encontramos negociação: “Muito bem, vamos estabelecer quotas e apoiar os campos de refugiados nos seus países!” Encontramos a depressão: “Estamos perdidos, a Europa está a transformar-se em Europeistão!” O que nos

REFLETINDO CRITICAMENTE SOBRE O *FRAMING* NOTICIOSO

Uma das teorias clássicas nos estudos de Jornalismo relaciona-se com o *framing*, isto é, a forma como os jornalistas definem um enquadramento para se referirem a um determinado ponto da realidade social e que sustenta uma certa cobertura informativa. Neste sentido, pode assumir-se, numa linguagem resumida e quase prosaica, que a forma como é normalmente representada a cidade francesa de Paris, associada comumente ao *glamour*, romantismo e charme, contrasta, de forma diametralmente oposta, ao retrato – *framing* – que normalmente se utiliza para descrever situações que decorrem nos principais bairros nova-iorquinos, como o Bronx, onde prolifera sobretudo um discurso negativo, marginalizante, atinente a uma realidade de crime e incontáveis problemas sociais.

Esta moldura – *frame* – acontece por uma determinada razão. Foi isso que sugeriram, de um ponto de vista mais académico e formal, diversos autores desde, pelo menos, os anos 1970. Gregory Bateson (1972) denunciava os “paradoxos da abstração da comunicação verbal”, em que explicita, claramente, que o termo *frame* equivale a posicionar mentalmente o leitor num determinado contexto (Gonçalves, 2005). Bateson sugere, por isso, que o enquadramento permite o derrube de barreiras virtualmente separadas entre o imaginário e a realidade. Poucos anos depois, Todd Gitlin (1980) alertava para os processos de cognição, interpretação e seleção, utilizados pela comunicação social, para organizar os símbolos discursivos, verbais e visuais, que sustentam a condensação noticiosa. Mais recentemente, Bryant e Miron (2004) consideraram a tarefa de *framing* um desafio para entender a complexidade do mundo mediático, tendo Weaver (2007) utilizado a mesma técnica para, numa abordagem diferente, perceber o *framing* desenvolvido pelos académicos em Ciências da Comunicação nos estudos publicados nesta área, entre 1971 e 2005. A este propósito, refira-se ainda o trabalho de Michael Ryan, em 2004, quando sistematizou o *framing* dos dez principais jornais norte-americanos durante a invasão do Iraque. Ryan concluiu, entre

falta é aceitação, o que, neste caso, significaria um plano europeu coerente para lidar com o problema dos refugiados” (Žižek, 2016: 3).

outros aspetos, que os editores selecionaram meticulosamente referências históricas, fontes governamentais e depoimentos contextuais para justificar a decisão militar de invasão. Preconceitos pessoais, experiências passadas, sentimentos religiosos, valores e educação são algumas das condicionantes que Ryan (2004) entende que interferem neste processo noticioso.

Com base nestas considerações, podemos assumir que através do *frame*, da orientação, de um enquadramento específico a informação pode ser filtrada e construída. Este modelo mental guia o jornalista na reunião dos factos, citações e outros elementos, orienta as interpretações por parte da audiência e transmite significados culturais importantes. Como refere van Dijk (1985), o modo como as notícias são enquadradas pelos média resulta das rotinas sociais e profissionais dos jornalistas e pode ainda relacionar-se com a interação entre as normas e práticas jornalísticas e a influência de grupos de interesse.

Em relação ao *framing* específico que importa a este artigo, o que se refere às notícias sobre refugiados e migrantes, diversos trabalhos têm cruzado estas duas áreas. Um desses é o livro *Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees' experiences* (2019), de Leen d'Haenens, Willem Joris e François Heinderyckx. Integrado no projeto “Images of immigrants in the media: thought-provoking effects” (IM²MEDIATE), desenvolvido na Universidade de Lovaina, na Bélgica, os autores discutem políticas de imigração e integração na Europa, avaliam representações mediáticas sobre refugiados, medem sedimentos pelos quais se consolida a opinião pública sobre migrantes e apresentam relatos e experiências de cidadãos que, inseridos nestas condições, procuram uma vida melhor no velho continente (Ribeiro, 2020b). A obra revela um texto, assinado por Valérie Mistiaen, que, depois de analisar a cobertura mediática de 300 notícias da televisão de língua francesa – RTL-TVI (pública) e La Une (comercial), verificou que existiam substanciais diferenças entre operadores de serviço público e privado, isto é, ambos oferecem uma visão estereotipada destes grupos minoritários. Mistiaen revela que a televisão comercial apresenta tipicamente reportagens sobre os problemas de criminalidade associados aos refugiados. Outro dos autores presentes na obra refere abordagens diferentes na “semântica jornalística”, com os casos do *De Volkskrant* (Holanda) e o *De Morgen* (Bélgica) que colocaram, muitas vezes,

a tônica no papel positivo da União Europeia. Lams sublinha que estes jornais retratam os refugiados como indivíduos alienados da realidade, impotentes e distantes das decisões políticas (Himmel e Baptista, 2020).

A este propósito, Rita Nassar (2020) publicou um estudo que cruza o estatuto editorial dos meios de comunicação com o *framing* utilizado junto das audiências. A autora concluiu que as notícias sobre refugiados sírios e muçulmanos apresentavam contornos de tal modo específicos nos meios de comunicação tidos como “mais conservadores”, que a perceção das audiências era menos apologista do que aquela que a mesma autora verificou em canais como a CNN ou MSNBC. Numa perspetiva completamente oposta, até em termos geográficos, um estudo provou que a maior parte dos sites jornalísticos em Hong Kong utilizou uma cobertura mediática mais focado na dimensão humanitária do que em aspetos ligados à criminalidade, quando, em 2015, aquele território foi confrontado com uma série de acontecimentos que motivaram diversos pedidos de asilo e movimentações de refugiados (Ng, Choi e Chan, 2021).

Partindo desta base, este artigo procura acrescentar contributos nesta área, até porque, de acordo com Seo e Kavakli (2022), a produção científica sobre as representações mediáticas de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes constitui uma área importante de pesquisa. Os autores sustentam, com base numa extensa revisão sistemática de literatura em bases de dados como a EBSCO, que a produção científica sobre este tema aumentou de forma exponencial desde, pelo menos, 2010.

METODOLOGIA

A partir da implementação de uma metodologia idêntica num trabalho anterior (Ribeiro, 2020a), decidiu-se optar por uma amostra de meios de comunicação social, de informação jornalística, em Portugal, Espanha, Brasil e Argentina. Para além desta circunstância meramente subjetiva, a verdade é que, em escalas distintas, todos estes países têm vindo a debater-se com questões migratórias, o que deriva, novamente, de contextos geográficos e socioculturais importantes de considerar. Adicionalmente, entendeu-se oportuno selecionar países onde a língua pudesse ser comum, até para a definição de problemáticas divergentes ou consonantes.

A seleção dos meios jornalísticos obedeceu a critérios que validassem, desde logo, a credibilidade desses órgãos de comunicação, bem como a abrangência em termos de audiência. Com efeito, o Digital News Report de 2022, um relatório que todos os anos mede, a nível mundial, os principais indicadores do consumo mediático dos cidadãos de quase 50 países, da responsabilidade do Reuters Institute for the Study of Journalism, no Reino Unido, tornou-se numa ferramenta importante para avaliar as representações dos refugiados e migrantes nas quais este artigo se inspira. Seguindo a métrica definida no estudo como “alcance da cobertura” dos meios jornalísticos, medida em questionários feitos à população em larga escala, procurou-se selecionar os três meios mais bem posicionados nesta variável, evoluindo apenas para as posições subsequentes caso o site não disponibilizasse um arquivo onde fosse possível consultar, de forma livre e gratuita, o acervo digital de notícias. Assim sendo, a Tabela 1 indica os meios que integram a amostra:

Tabela 1 – Sites jornalísticos com maior alcance de audiência.

País	Meio	Ranking weekly reach online
Portugal	SIC Notícias	1º
	Notícias ao Minuto	2º
	CM online	3º
Brasil	Globo News	1º
	Folha São Paulo	8º
	Estadão	16º
Espanha	El País	1º
	OK Diario	2º
	Antena 3	3º
Argentina	InfoBAE	1º
	TNonline	2º
		3º

Fonte: Digital News Report 2022.

Este primeiro enquadramento serve, portanto, para justificar a utilização de uma amostragem não probabilística por conveniência, o que significa que as unidades elementares são incluídas na amostra sem probabilidade previamente especificada ou conhecida, sendo escolhidas prioritariamente pela sua disponibilidade. Relativamente à metodologia, como a limitação mais importante da aplicação de uma amostragem anteriormente referida, os autores entenderam adequado desenvolver uma abordagem qualitativa, dedicada a estudar a natureza semântica de um determinado elemento textual.

Centrando a dimensão metodológica nas notícias, optou-se pela análise de conteúdo. Esta técnica visa interpretar o sentido de uma mensagem (textual, gráfica, discursiva). De acordo com Laurence Bardin (2022), a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

(Bardin, 2022: 44)

Para além disso, “tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessa mensagem)” (Bardin, 2022: 44). À semelhança de um jogo de xadrez, “a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis” (Bardin, 2022: 45).

A partir da reflexão anteriormente estabelecida, que cruza o arco genérico dos movimentos migratórios com o reflexo oferecido pelos meios de comunicação social, sobretudo os jornalísticos, este artigo formula as seguintes questões de pesquisas:

- Questão de Pesquisa 1: em termos editoriais, os principais sites jornalísticos, em Portugal, Espanha, Brasil e Argentina, publicam notícias sobre refugiados e/ou migrantes?

- Questão de Pesquisa 2: a partir da referida amostra, de que modo se pode analisar o conteúdo noticioso acerca de refugiados e/ou migrantes?
- Questão de Pesquisa 3: que tendência se pode identificar na cobertura jornalística sobre refugiados e migrantes?

No ponto seguinte, dedicado à leitura dos resultados, entrecortada com algum tipo de discussão teórica, tenta-se, por isso, responder cientificamente às perguntas de investigação anteriormente formuladas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra deste estudo indica, à partida, uma concentração de notícias significativa e considerável. Através da pesquisa nos arquivos dos referidos sites de informação jornalística, os autores coligiram um conjunto de informações que obedeceram a diversos critérios, com o objetivo de maximizar, tanto quanto possível, a harmonia do *corpus*, bem como a centralidade do objeto de estudo: a representação de pessoas em situação de crise, normalmente definidas como “refugiados” ou “migrantes”. Estas foram, aliás, as principais palavras-chave que sustentaram a referida pesquisa no acervo digital dos sites.

O recorte das notícias respeitou, desde logo, um importante critério temporal. Selecionaram-se apenas conteúdos de 2022, por se entender que este ano seria o ideal num contexto generalizado de uma certa pós-pandemia de covid-19. Na verdade, em 2020 e 2021, a produção jornalística encontrou-se fortemente condicionada devido aos sucessivos confinamentos da população.

De acordo com o “Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19”⁶, que juntou universidades portuguesas, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), o Sindicato dos Jornalistas (SJ) e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), que inquiriu quase 900 jornalistas em Portugal, as

⁶ Disponível em <https://jornalistas.eu/estudo-revela-mais-precariedade-no-jornalismo/>

redações ficaram vazias, o número de reportagens caiu acentuadamente e “A crise sanitária aumentou as preocupações com princípios deontológicos, como o rigor da informação” (Sindicato dos Jornalistas, 2020).

A retoma de alguma normalidade, que sucedeu com as mais diversas e intensas campanhas de vacinação à escala global, encontrou em 2022 um forte aliado, pelo que a cobertura jornalística regressou, também, a um certo percurso habitual, antes do verificado na pandemia. Contudo, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, a 24 de fevereiro de 2022, multiplicou o número de conteúdos jornalísticos sobre o tema refugiados. De acordo com a Euronews⁷, citando fontes do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, “14 milhões é o número aproximado de pessoas que tiveram de fugir devido à invasão russa da Ucrânia. Trata-se da maior e mais rápida deslocação das últimas décadas”. De modo a não densificar a amostra com um evento tão extraordinário e sem precedentes como este, decidiu-se excluir liminarmente qualquer conteúdo que abordasse a temática dos refugiados no contexto da invasão russa.

Relativamente à natureza do trabalho jornalístico considerado para a amostra, entendeu-se que os mais representativos da atividade jornalística deveriam ser as notícias, entrevistas e reportagens, excluindo, por isso, todos os textos de opinião que pudessem, de alguma maneira, abordar o assunto. A opinião configura um género jornalístico (Wolf, 1990), no entanto imprime ao autor uma capacidade subjetiva que, à partida, os outros géneros anteriormente referidos não devem utilizar de modo tão expressivo.

Por fim, no processo de seleção da amostra, excluíram-se todas as notícias em que a expressão refugiado ou migrante fosse meramente contextual, mínima e transitória. De facto, diversos trabalhos jornalísticos referem a caracterização de determinadas personagens mediáticas como próximas de uma atividade dos refugiados, como foram as sucessivas notícias do jogador de futebol do Real Madrid, Luka Modric, que, contextualmente muitos jornalistas definem sempre como uma espécie de “ex-refugiado”, pela circunstância de o futebolista ter escapado à guerra da independência da Croácia, em 1991. Nesta e

⁷ Disponível em <https://pt.euronews.com/2022/11/03/guerra-na-ucrania-faz-14-milhoes-de-refugiados>

noutras notícias, como o apontamento “refugiado” é meramente contextual, longe de um protagonismo evidente, a opção recaiu por se excluir da amostra.

Aplicando os filtros mencionados anteriormente, reuniu-se uma amostra de notícias que se evidencia na Tabela 2:

Tabela 2 - Número de notícias da amostra nos meios selecionados.

País	Meio	Número de notícias
Portugal	SIC Notícias	25
	Notícias ao Minuto	25
	CM online	25
Brasil	Globo News	25
	Folha São Paulo	25
	Estadão	25
Espanha	El País	25
	OK Diario	7
	Antena 3	3
Argentina	InfoBAE	25
	TNonline	13
	Clarín	9
Total		232

Fonte: autoria própria.

A Tabela 2 identifica um conjunto de números que permitem algumas conclusões relativamente à Questão de Pesquisa nº 1. A partir de um total de 232 conteúdos, verifica-se que existe uma pequena dissonância determinante na amostra. Um terço dos meios jornalísticos estudados – OK Diário, Antena 3, TNonline e Clarín – ficaram abaixo do teto máximo de notícias analisadas – 25. Este foi o valor definido para garantir um número equitativo na análise das notícias. De facto, a maioria dos títulos da amostra – oito – publicaram conteúdos de tal forma expressivos que os autores decidiram criar um número máximo de

Os conceitos principais deste trabalho encontram um protagonismo que a imagem evidencia claramente. Merkel, ONU, Portugal, afegãos, conflito, Brasil sugerem algumas das pistas interpretativas que de seguida se procurará explorar.

Em complemento a esta identificação, pode verificar-se que existe um curioso número de palavras repetidas nos títulos. Assim, com recurso à plataforma Word Count¹⁰, excluindo conectores de discurso, preposições, determinantes e outras expressões linguísticas menos relevantes nesta análise, constatou-se que a palavra refugiado (50 vezes em 1543) foi a palavra mais registada, seguindo-se “migrantes” (24), “afegãos” (7), “imigrantes” (7) e “aeroporto” (6).

Realizando o mesmo exercício para os sites que utilizam o castelhano como idioma de trabalho, a Imagem 2 apresenta a seguinte dispersão visual.

Fig. 2 – Palavras mais mencionadas nas notícias escritas em castelhano.



Fonte: Word Cloud Generator.

¹⁰ Disponível em <https://wordcount.com/>

Neste caso, volta a verificar-se o protagonismo das palavras-chave do artigo, no entanto o leque de países parece distinto, com Espanha, Indonésia, Turquia e Colômbia com um relevo importante. As palavras asilo, filme, olímpico também contrastam com a imagem anterior, onde não surgiam, de todo.

Completando esta abordagem com uma leitura, ainda que superficial, relativamente ao número de palavras, constatou-se que a aplicação da ferramenta Word Count nos títulos em castelhano revela alguns pontos similares com a análise anterior. Recorrendo a menos palavras – 1085 –, até porque alguns sites publicaram menos notícias, como se explicou antes, novamente se observa que as palavras protagonistas deste artigo voltam a surgir com proeminência: “refugiados” (29), “migrantes” (6), “asilo” (5), “Espanha” e “ONU” com quatro cada.

No que diz respeito à Questão de Pesquisa 2, apresenta-se de seguida a lista de variáveis que sustentam a análise do conteúdo noticioso acerca de refugiados e/ou migrantes:

- Editoria: categoria de determina, em traços gerais, a área contextual temática na qual se insere o conteúdo jornalístico. Exemplos: internacional, política, desporto, economia, sociedade, educação, entre outras;
- Adequação da terminologia utilizada para contextualizar refugiados e migrantes: como base na discussão teórica anteriormente produzida, esta variável pretende medir se os jornalistas, na globalidade, utilizam o correto referencial teórico para se referirem a situações que, pela sua natureza e circunstância, assumem contornos distintos;
- Países e protagonistas identificados: variável que sugere a concentração do foco mediático no desempenho de certas personalidades do espaço público, no âmbito político, económico, cultural, desportivo, etc., ou numa aceção mais vaga, recaindo em países;
- Contexto dominante no retrato (*framing*) da notícia: uma das variáveis mais desafiantes deste artigo. Em contexto jornalístico, na sequência de uma – suposta – procura pela objetividade (um tema

controverso no seio da classe jornalística e na própria academia de Ciências da Comunicação), mede-se neste item o enquadramento utilizado para rodear o universo noticioso da situação relativa ao refugiado ou aos migrantes. Entende-se, por isso, que pode ser um contexto: 1) positivo, em que, por exemplo, um refugiado serviu de inspiração para uma história de superação particular; 2) neutro, onde a situação não sugere qualquer abordagem concreta positiva ou negativa, nomeadamente com a descrição de uma realidade na adaptação de um refugiado; 3) negativa, em que, a partir de relatos associados a crimes, fugas, por exemplo, se decide reportar uma situação em que um refugiado está envolvido.

Começando pelas editorias, importa sublinhar um aspeto que se confunde com uma sub-questão de pesquisa. Ora, considerando que a editoria “Internacional” se assume como um espaço noticioso autónomo, até que ponto os meios de comunicação abordam, tipicamente, o tema “refugiados” remetendo-os para uma dimensão externa, fora de portas? Tendo em conta que todos acabam por ter de lidar com este assunto, como é que os média destes quatro países abordam esse assunto?

A globalidade dos dados não deixa muitas dúvidas relativamente a esta questão. Mais de metade da amostra – 54,7% – revela que os conteúdos noticiados foram sempre perspetivados na lógica internacional, isto é, os meios preferem abordar esta questão como se se colocasse preferencialmente fora de portas, daí a etiqueta “Internacional”. No entanto, algumas exceções foram registadas: os jornais Globo e Estadão, ambos no Brasil, não apresentaram esta tendência e a categoria internacional foi, até, secundarizada, em termos estatísticos. Isto significa que estes meios integraram notícias sobre refugiados e migrantes no quadro da atualidade brasileira, dentro de portas. Tendo em conta a magnitude deste valor, entendeu-se que deveria ser afinada esta categoria, por isso, as notícias identificadas com a editoria “Internacional” foram re-categorizadas, para se perceber a natureza concreta dessa notícia. A Tabela 3 revela, portanto, a distribuição das editorias na amostra.

Tabela 3 – Editorias presentes nas notícias selecionadas para a amostra.

Editoria	Frequência	Frequência relativa (%)
Sociedade	83	35,78
Política	79	34,05
Desporto	14	6,03
Justiça	11	4,74
Cinema	7	3,02
Literatura	7	3,02
Religião	6	2,59
Celebridades	5	2,16
Ambiente	4	1,72
Economia	4	1,72
Educação	3	1,29
Televisão	3	1,29
Exposição	2	0,86
Teatro	2	0,86
Ciência	1	0,43
Pintura	1	0,43
Total	232	100

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 3 consolida a ideia de que duas editorias prevalecem nas notícias: sociedade e política, com 35,78% e 34,05%, respetivamente. Esta concentração temática significa que 7 em cada 10 notícias apresentam uma das duas editorias. No que se refere a assuntos com a editoria “sociedade”, constam notícias em que se descreve a atualidade de migrantes e refugiados em que existe uma clara preocupação com a dimensão social destes cidadãos, seja pela via da integração ou dificuldades no país de acolhimento ou pela dificuldade em atravessar certas fronteiras. A este propósito, refira-se que a SIC, de Portugal, informou que “Situação dos refugiados vai piorar em 2023

porque conflitos «podem ficar descontrolados e muito violentos», enquanto o Correio da Manhã, do mesmo país, escreveu “Três irmãos refugiados afegãos fogem após saberem que iam ser separados em Portugal”. Estas são notícias que ilustram de forma competente a natureza social destes conteúdos. Já no que diz respeito à política, as notícias revelam, genericamente, comportamentos e atitudes de responsáveis governamentais. O Estadão, no Brasil, revelou que “França vai receber navio com migrantes que Itália rejeitou”, enquanto o InfoBAE, da Argentina, intitulou “Esta es la millonada, en dólares, que necesitará Colombia para atender a los migrantes en el 2023”. Estes são exemplos do recorte da imprensa sobre o tema e que se inserem na editoria de política.

As restantes editorias ficam num plano completamente desfasado das duas anteriormente definidas, no entanto algumas nuances merecem um reparo particular. A editoria “Desporto” incidiu sobretudo em relatos em que o Comité Olímpico Internacional alargou a possibilidade de participação da seleção olímpica de refugiados ou mesmo a atribuição de diversos prémios. InfoBAE escreveu “Se suman más deportistas refugiados al sueño de París 2024” e a Globo indicou que “Líbano é bicampeão da Copa dos Migrantes e Refugiados em Porto Alegre”; são alguns dos exemplos que se incluem esta editoria.

Por último, ainda se destaca a “Justiça”, que se relaciona sobretudo com alegados crimes praticados por refugiados e a respetiva evolução num processo judicial. O Cinema, a Literatura, com sete notícias cada, revelam diversas obras de cariz cultural em que os autores de filmes, séries e livros se inspiraram em situações dramáticas ou inspiracionais protagonizadas por refugiados. Nota ainda para o Correio da Manhã, que noticiou, insistentemente, sobre peregrinações de refugiados ao Santuário de Fátima, em Portugal, ou para a editoria “Celebidades”, em que praticamente todos os meios noticiaram o facto de a atriz norte-americana Angelina Jolie ter renunciado a funções na ONU, nomeadamente na área dos refugiados. Esta distribuição por editorias não encontra diferenças substanciais entre países e meios de comunicação social.

A penúltima dimensão de análise relaciona-se com um determinado protagonismo associado às notícias sobre refugiados. Antes de apresentar

resultados concretos que derivam da observação qualitativa, parece ser simples considerar que existe um perfil-tipo de protagonismo nas notícias sobre refugiados e que segue uma orientação idêntica aos títulos que se apresentam de seguida: “Bangladesh recusa pressionar Myanmar sobre refugiados”; “Federação Portuguesa de Futebol «veste a bandeira» pela defesa dos direitos humanos”; “Subiu número de migrantes mortos em naufrágio no Mar Egeu”; “Grécia acusa Turquia de comportamento “bárbaro” com mais de 90 refugiados nus”; “Refugiados inscritos no IEFP beneficiam de contrato-inserção+”. Todos estes exemplos evidenciam o nível abstrato e genérico que muitas notícias corporizam. Mesmo no desenvolvimento do texto, poucas vezes se vislumbram personalidades concretas, pelo que o discurso jornalístico aborda os confrontos de posições utilizando o nome dos países. Em oito notícias, das 232 estudadas, surgiu outra característica particular que se relaciona com este argumento. A total ausência de referência a países ou personalidades, como “A literatura fornece uma saída para a vida revirada dos refugiados” e “Quase 37 milhões de crianças deslocadas no mundo em 2021”.

Em termos de personalidades, é a atualidade mediática a ditar as tendências. Para além do caso de Angelina Jolie, a mais citada nas notícias, apenas surge outra mulher com igual preponderância. Angela Merkel, antiga chanceler alemã, recebeu um prémio da ONU por proteção de refugiados, sobretudo depois da crise na Síria, em 2015, quando liderou o processo, encabeçado pela Alemanha, para receber refugiados e requerentes de asilo.

De resto, a tendência passa, sobretudo, por sinalizar países. Apesar de se poder argumentar que a nomeação de países obedece, naturalmente, a proposições discursivas mais alargadas, nas quais os Chefes de Estado e primeiros-ministro têm responsabilidade (in)direta, a verdade é que, como se referiu, o palco mediático das notícias sobre refugiados revela uma certa nuvem incerta de protagonistas. Mesmo quando os países são citados, o que evidenciou maior destaque foi o Brasil (38 ocorrências), quase em exclusivo citados pelos próprios meios, o mesmo sucedendo com Portugal (26) e Espanha (22). Não deixa de ser curioso que os países que se encontram no radar dos maiores problemas associados aos refugiados – Síria, Turquia, México, Myanmar ou Líbano, entre outros, surgem poucas vezes referen-

ciados centralmente nas notícias. A perspetiva dominante destas notícias apenas nomeia esses países como a origem dos refugiados, mas debruça-se essencialmente sobre a atividade que essas pessoas desenvolvem nos países onde se inserem estes meios. Poucos conteúdos informativos são produzidos a partir da ótica de repórteres que estão, justamente, nesses locais, o que diz muito sobre o tipo de jornalismo à distância que muitas redações praticam sobre este tema. Convém ainda sublinhar, por ser notório, que apesar de Itália surgir em plano de destaque com nove notícias, a moldura utilizada é tendencialmente negativa. Atente-se nos seguintes títulos: “Itália produz crise diplomática com França por causa de refugiados”; “Vitória da direita na Itália deve ocasionar mudanças acentuadas nas políticas de imigração”; “El Gobierno italiano niega un cambio de postura con las ONG de inmigrantes”; “Un italiano asesinó a un vendedor nigeriano en plena calle y se justificó: “Me pedía limosna insistentemente””; “Políticos italianos e europeus criaram «sistema de rejeição de migrantes»”. A localização geográfica italiana, bem como a chegada de Georgia Meloni ao topo da hierarquia do governo, sendo público o repúdio da nova primeira-ministra perante as políticas de acolhimento de imigração, podem, aparentemente, justificar parte desta perceção marcadamente negativa perante Itália.

A penúltima variável sugere uma das principais preocupações deste trabalho. Neste sentido, procura medir até que ponto os jornalistas descreveram os termos refugiados, migrantes, de acordo com as definições que sustentam a variabilidade dos conceitos.

Na verdade, apenas 10,8% das notícias apresentadas, de facto, incorrem nesta imprecisão que sugere a aplicação indiscriminada de diversos conceitos. Por exemplo, no título “Navio humanitário Ocean Viking atracou em França e 230 migrantes desembarcam”, o termo “migrantes” é usado corretamente de acordo com o contexto do facto, porém no corpo da notícia o jornalista usou “refugiados” como sinónimo de “migrantes”.

Analisando este dado através da perspetiva idiomática, percebe-se que os meios de comunicação dos países de língua portuguesa registaram mais erros (16), quando comparados com os congéneres castelhanos, que apenas em nove notícias confundiram os termos.

Por fim, recuperando a Questão de Pesquisa 3 “que tendência se pode identificar na cobertura jornalística sobre refugiados e migrantes?”, procura-se apresentar a perspectiva que domina o enquadramento noticioso sobre os refugiados. Utilizaram-se três níveis, devidamente explicitados anteriormente. Os resultados globais indicam uma prevalência de notícias que abordam os refugiados de uma perspectiva negativa, em 40,09%. No entanto, esta inclinação, apesar de ser evidente, não parece ser tão hegemónica como os outros indicadores: neutro (32,33%) e positivo (27,59%). A título exemplificado, na categoria mais registada encontraram-se notícias como “Número de migrantes irregulares no canal da Mancha supera 18 mil este ano”, “Mais de 50 mil pessoas morreram em rotas migratórias desde 2014” e “Jovem refugiado morto à facada por cinco homens em Inglaterra”. Em notícias com perspectiva neutra temos “Bangladesh recusa pressionar Myanmar sobre refugiados”, “Por que o Canadá quer atrair quase 1,5 milhão de imigrantes até 2025” e “‘O Terminal’: morre homem que viveu 18 anos em aeroporto e inspirou filme”. Por fim, no indicador positivo, “Projeto oferece aulas de português para refugiados”, “Este centro de Barcelona quiere sanar a los defensores de derechos humanos del mundo” e “Del campo de refugiados a ser atleta olímpico y miembro COI: la historia de Yiech Pur Biel”.

CONCLUSÕES

Como se referiu por diversas ocasiões, este artigo procura ser mais um contributo numa área científica em franca expansão. A capacidade que este tema oferece para convocar diversas abordagens, até de natureza multidisciplinar, pode ser importante e atrativo para o desenvolvimento científico, mas não deixa de ser verdade que a dimensão humanitária e avassaladora destes movimentos migratórios também lhes confere um estatuto distintivo. Por isso, talvez seja um assunto que, habitando frequentemente a nossa memória e a atualidade mediática quotidiana, configure um terreno ao qual todos estamos impelidos a fazer parte.

Com efeito, uma das principais limitações deste estudo relaciona-se, inevitavelmente, com a construção da amostra que procurou criar um critério

relativamente homogéneo, face à enorme disparidade de conteúdos jornalísticos publicados durante um ano. Ainda assim, apenas um terço da amostra não foi capaz de atingir o mínimo de notícias definido para a análise (25). O facto de se ter definido um número máximo de notícias para a análise, quando muitos desses meios teriam certamente um conjunto mais alargado de conteúdos, pode ter provocado, ainda que de forma indireta, a ausência de outras leituras e abordagens que outras notícias poderiam sugerir. Daí que a amostra não pode ser representativa da população, uma vez que foi definida por conveniência.

De qualquer modo, este estudo evidencia a análise de um número muito considerável de conteúdos, 232 no total. Apesar de muitos órgãos de comunicação dependerem das agências de notícias fora do país para abordarem assuntos desta natureza, uma vez que tratam de questões internacionais, não existem muitas notícias repetidas, com as exceções já identificadas, da renúncia ao cargo de embaixadora da ONU por Angelina Jolie e do prémio atribuído a Angela Merkel, o que demonstra, em teoria, alguma flexibilidade temática dos jornalistas quando abordam este assunto.

No que diz respeito à caracterização desta cobertura mediática, parece ser evidente constatar uma linha de tendência que percorre meios e países distintos. As editoriais “Sociedade” e “Política” surgem como as mais destacadas, na medida em que se utilizam refugiados e migrantes para abordarem estratégias que variam entre aspetos como as dificuldades da integração, acidentes, estratégias de inclusão, bem como a participação de agentes políticos no discurso público sobre estas pessoas. Esta é a tónica principal das notícias.

A cobertura mediática indica ainda que a incidência noticiosa de determinadas personalidades não se verifica, pelo que os jornalistas utilizam expressões mais vagas para identificar os principais agentes visados nas notícias, como países, ministérios e outras instituições. A finalizar, percebe-se que apenas 10% das notícias usam, de forma errada, os termos “refugiado” e “migrante”, quando o contexto mencionado é outro, o que revela, em princípio, alguma literacia por parte dos jornalistas para este tipo de abordagem. Menos evidente acaba por ser a perspetiva dominante na amostra, uma vez que, apesar de ser tendencialmente negativa – associando refugiados e migrantes a situações de

crime – não se pode afirmar que os sites jornalísticos abordados tenham uma predisposição quase natural para uma determinada imagem dos refugiados e migrantes, na medida em que os indicadores “neutro” e “positivo” se encontram de forma muito expressiva na amostra. As histórias de superação, naquilo que se perspectiva como uma abordagem positiva, também surgem na amostra, mas com menor frequência. Aparentemente, diversas áreas da cultura, como a Literatura, Cinema e Pintura, inspiram-se nos problemas sentidos por estes grupos.

Futuros estudos nesta área podem dar continuidade a um conjunto de reflexões que expandam as diferentes sensibilidades que este tema histórico suscita. Por um lado, mais afastado da vertente semântica, importaria perceber de que modo as imagens funcionam como âncora deste tipo de discurso jornalístico. Se as palavras sintetizam a realidade, as fotografias utilizadas pelos repórteres e decididas editorialmente por editores e chefes de redação não são de somenos importância. Perduram na memória e podem desencadear efeitos igualmente relevantes na percepção pública deste tema. Por outro, recortando um ponto que surgiu pontualmente na reflexão sobre este estudo, seria interessante estabelecer uma agenda de investigação em grupos mais vulneráveis dentro desta comunidade mais alargada de pessoas desfavorecidas. Por isso, as mulheres e crianças podem revestir-se de uma importância fundamental para a compreensão mais alargada deste tema. Os relatos que surgem nos média, de ataques diversos e ameaças permanentes, com base no género e na idade, não podem ser igualmente ignorados pela comunidade académica.

BIBLIOGRAFIA

- Agier, Michel (2016). *Les migrants et nous. Comprendre babel*. Ed. Digital. Paris: CNRS Éditions.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados da ONU (1951). *Convenção relativa ao estatuto de refugiado*. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/documentos/portugues/bdl/convencao_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados da ONU (2020). *Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado*. São paulo: acnur, 2018. Disponível

- em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf. Acesso em: 08.02.2023.
- Bardin, Laurence (2022). *Análise de conteúdo* (edição revista e atualizada). Lisboa: Edições Setenta.
- Bateson, Gregory (1972). *Steps to an ecology of mind*. Northvale. Nova Jérsea e Londres: Jason Aronson.
- Bauman, Zigmunt (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Bryant, Jennings & Miron, Dorina (2004). Theory and research in mass communication. *Journal of communication*, 54, 4, 662-704. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2004.tb02650.x>
- Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, Sindicato dos Jornalistas, Sopcom & Ceis20 (2020). *Estudo sobre Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia Covid-19*. Disponível em <https://jornalistas.eu/webdev/wp-content/uploads/2019/11/Relatório-COVID-19-Jornalismo.pdf>
- D’Haenens, Leen; Willen, Joris & Heinderyckx, François (Eds.) (2019). *Images of immigrants and re-fugees in western europe. Media representations, public opinion, and refugees’ experiences*. Lovaina: Leuven University Press.
- Diário da República eletrónico. *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>.
- Edwards, Adrian (2015). *Refugiado ou migrante? O Acnur incentiva a usar o termo correto*. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>.
- Erpenbeck, Jenny (2018). *Eu vou, tu vais, ele vai*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Gitlin, Todd (1980). *The whole world is watching*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Gonçalves, Telmo (2005). A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/2605>.
- Himmel, Rita & Baptista, Maria Manuel (2020). Migrantes, refugiados e outcriação: construindo a europeidade. Uma exploração dos média portugueses e alemães. *Comunicação e sociedade*, 38, 179-200. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2582](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2582)
- Martins, Moisés de Lemos; Marcondes, Valéria (2020). “Eles”, venezuelanos, e a crise na venezuela: práticas discursivas na revista Veja. *Comunicação e sociedade*, 38, 59-78. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2593](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2593)
- Monteiro, Hugo (2022). *Migrações e hospitalidade. Crítica do cosmopolitismo nas fronteiras do século*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

- Nassar, Rita (2020). Framing refugees: the impact of religious frames on u.s. partisans and consumers of cable news media. *Political communication*, 37, 5, 593-611. <https://doi.org/10.1080/10584609.2020.1723753>
- Ng, Isabella; Choi, Sharice & Chan, Alex (2021). Resistance to ‘framing’? The portrayal of asylum seekers and refugees in hong kong’s online media. *Journalism practice*. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.2000477>
- Pinto, Alexandra (2020). Os refugiados em manifestos políticos presidenciais: entre silenciar e dar voz. *Comunicação e sociedade*, 38, 41-57. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2603](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2603)
- Ribeiro, Fábio (2020a). Handling with online comments: a longitudinal approach in most accessed news sites in Portugal, Spain and Brazil. *Revista de Comunicación*, 19, 2, 125-144. <https://doi.org/10.26441/RC19.2-2020-A7>
- (2020b). Recensão do livro images of immigrants and refugees in western europe. Media representations, public opinion, and refugees experiences. *Comunicação e Sociedade*, 38, 257-264. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2559](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2559)
- Ryan, Michael (2004). Framing the war against terrorism: us newspaper editorials and military action in afghanistan. *Gazette (leiden, netherlands)*, 66, 5, 363-382. <https://doi.org/10.1177/0016549204045918>
- Santos-Silva, Dora & Guerreiro, Débora (2020). Média e migrações forçadas: representações sociais dos refugiados nos média portuguesas em dois momentos mediáticos (2015 e 2019). *Comunicação e sociedade*, 38, 123-137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)
- Seo, Soomin & Kavakli, Sezgi (2022). Media representations of refugees, asylum seekers and immigrants: a meta-analysis of research. *Annals of the international communication association*, 46, 3, 159-173. <https://doi.org/10.1080/23808985.2022.2096663>
- Sindicato dos Jornalistas. (2020). *Estudo revela mais precariedade no jornalismo*. Disponível em <https://jornalistas.eu/estudo-revela-mais-precariedade-no-jornalismo/>
- União Europeia (2016). *Carta dos direitos fundamentais da união europeia*. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/txt/pdf/?uri=celex:12016p/txt&from=fr>
- van Dijk, Theo (1985). *The discourse of ‘distortion’ and health and medical news reports: a genre analysis perspective*. Orlando: Academic Press.
- Weaver, David (2007). Thoughts on agenda setting, framing and priming. *Journal of communication*, 57, 1, 142-147. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00333.x>
- Wolf, Mauro (1990). *Teorias da comunicação*. São Paulo: Summus.
- Žižek, Slavoj (2016). *La nueva lucha de clases. Los refugiados y el terror*. Barcelona: Anagrama.

